



# APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE  
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

## **CONCURSO PÚBLICO**

CP/2/2025

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ESTUDO PARA A  
DELIMITAÇÃO DOS PERÍMETROS DE PROTEÇÃO DE  
CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAL

CADERNO DE ENCARGOS

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO-LEGAL

1. A APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA, doravante designada abreviadamente por APIN, é uma empresa sujeita ao Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08, revista e atualizada pelas Leis n.º 53/2014, de 25/08, n.º 69/2015, de 16/07, n.º 7-A/2016, de 30/03, n.º 42/2016, de 28/12, n.º 114/2017, de 29/12 e n.º 71/2018, de 31/12, à Lei comercial, aos Estatutos e, subsidiariamente, ao Regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo DL 133/2013 de 03.10, revisto e atualizado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30/09 e n.º 42/2016, de 28/12.
2. O objeto estatutário da entidade adjudicante é a exploração e gestão do Sistema Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares, e em que estão sediados os onze Centros Operacionais Regionais da APIN.
3. Vigorando um modelo de gestão delegada celebrado com os Municípios, cumpre à APIN assegurar serviços obrigatórios, que cessaram de ser assegurados diretamente pelos municípios, nomeadamente garantir a potabilidade da água distribuída na rede pública de abastecimento através da adição de produtos químicos.
4. A APIN pretende estar em consonância com todas as diretivas legais, nacionais e comunitárias, bem como com a entidade reguladora do sector (ERSAR), no que à qualidade da água respeita, promovendo e assegurando a saúde pública e a qualidade de vida dos munícipes abrangidos.

## 1 - CLÁUSULAS GERAIS

### **Cláusula 1.ª – Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem como objeto principal a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ESTUDO DE DEFINIÇÃO DOS PERÍMETROS DE PROTEÇÃO DE CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E SUPERFICIAL.
2. A APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA é uma empresa sujeita ao Regime jurídico da atividade empresarial

local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08 , revista e atualizada pelas Leis n.º 53/2014, de 25/08, n.º 69/2015, de 16/07 , n.º 7-A/2016, de 30/03, n.º 42/2016, de 28/12 , n.º 114/2017, de 29/12 e n.º 71/2018, de 31/12, à Lei comercial, aos Estatutos e, subsidiariamente, ao Regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo DL 133/2013 de 03.prazo , revisto e atualizado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30/09 e n.º 42/2016, de 28/12.

3. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008, o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV correspondente a esta aquisição é o seguinte: **65100000-4 Serviços distribuição água e serviços conexos.**

#### **Cláusula 2.ª – Contrato**

1. O contrato é constituído pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os elementos seguintes:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões ao Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a sua proposta.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º, do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do art.º 101.º, do CCP.

#### **Cláusula 3.ª – Prazo de execução do contrato**

1. O contrato é de **365 dias**, contados da data sua assinatura.

**Cláusula 4.ª – Preço Base**

1. O limite máximo da despesa a realizar ao abrigo do contrato a celebrar é de **150 000,00€ (Cento e cinquenta mil euros)** para a duração do contrato, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a APIN, EIM, SA. pagará ao Adjudicatário, o valor que resultar da multiplicação dos preços unitários constantes na proposta adjudicada pelas quantidades de bens efetivamente fornecidos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas.
4. As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número de procedimento e, caso aplicável, o número de requisição, a que dizem respeito, conforme instruções a fornecer por parte da Entidade Adjudicante.
5. A fatura deve ainda conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, preferencialmente de acordo com a estrutura de decomposição dos itens prevista na respetiva nota de encomenda.
6. Caso se revele necessário e sempre que requerido pela Entidade Adjudicante, a fatura deverá ser acompanhada por uma folha de cálculo em formato excel com a lista dos artigos constantes da fatura emitida, onde conste discriminadamente o nome dos artigos faturados, os respetivos preços unitários e preços globais por artigo.

**Cláusula 5.ª – Obrigações do prestador do serviço**

1. Sem prejuízo das obrigações constantes no capítulo IV – Aquisição de bens móveis, do Título II – Contratos Administrativos em Especial, da Parte III – Regime Substantivo dos Contratos Administrativos, do C.C.P., o adjudicatário compromete-se a dar atendimento adequado à satisfação das necessidades do adjudicante, no que diz respeito ao fornecimento de todos os materiais objeto do contrato que se encontram no âmbito deste procedimento.

2. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade própria das melhores práticas.
3. O adjudicatário obriga-se a fornecer os bens no prazo estabelecido na proposta, e de acordo com instituído na cláusula 3.ª do caderno de encargos.
4. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

#### **Cláusula 6.ª – Forma de Prestação do Serviço**

1. A APIN, quando solicitada pelo prestador de serviços, prestará toda a informação e esclarecimentos necessários, na medida dos seus conhecimentos e disponibilidade.
2. O prestador deverá designar um interlocutor preferencial para a gestão da execução dos serviços junto da APIN.

#### **Cláusula 7.ª – Dever de Sigilo**

1. O adjudicatário objeto do contrato deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que tenha conhecimento em virtude da execução do contrato.
2. A informação e documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação ou documentação que seja comprovadamente do domínio público ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei ou de processo judicial.

#### **Cláusula 8.ª – Força maior**

1. Não é havida como incumprimento de qualquer das partes a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do

- contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
  3. Não constituem força maior, nomeadamente:
    - a) Circunstância que não constitua força maior para os subcontratos do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
    - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
    - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou de ónus que sobre ele recaiam;
    - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
    - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações ou equipamentos de apoio e veículos do Adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência suas ou ao incumprimento de normas de segurança;
    - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
    - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
  4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
  5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 9.ª – Proteção de dados pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pela entidade adjudicante como confidenciais, bem como, toda a demais, informação privada ou de propriedade da entidade adjudicante de que venha a tomar

conhecimento por força da execução do contrato ("Informação Confidencial").

2. O Adjudicatário obriga-se expressamente a utilizar a informação confidencial única e exclusivamente para efeitos e no âmbito do contrato, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros, independentemente dos fins.
3. O Adjudicatário obriga-se a conservar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pela entidade adjudicante, relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
4. O Adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer, decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.
5. O Adjudicatário obriga-se, ainda, nos termos do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e na Lei 58/2019, de 8 de agosto (Regulamento Geral da Proteção de Dados, transposto para o ordenamento jurídico português), a:
  - a) Não realizar tratamento da informação a que tiver acesso, a não ser para a finalidade que lhe for solicitada pela entidade adjudicante, e que é objeto do caderno de encargos;
  - b) Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
  - c) Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do presente contrato, nos termos do disposto no supracitado RGPD;
  - d) Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessárias e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a distribuição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório,

no caso do adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se violação grave o atraso na prestação do serviço objeto do contrato superior a 5 dias de calendário, sem que o mesmo tenha sido devidamente justificado e essa justificação aceite pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 11.ª – Resolução por parte do prestador do serviço**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o prestador do serviço pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, com exceção da situação descrita no número anterior, em que poderá ser exercido mediante declaração ao contraente público, aplicando-se o disposto no n.º 4), do art.º 332.º, do CCP.

#### **Cláusula 12.ª – Resolução de litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 13.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador do serviço e a cessão da posição contratual de qualquer das partes rege-se pelo disposto no CCP.

#### **Cláusula 14.ª – Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.ª-A do Código dos Contratos Públicos, aquando da outorga do contrato será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela entidade adjudicante.
2. As competências do Gestor do Contrato são as definidas no contrato (quando aplicável), bem como as definidas no Código dos Contratos Públicos.



**Cláusula 15.ª – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme disposto no CCP.
2. Qualquer alteração deve ser comunicada por escrito à outra parte.

**Cláusula 16.ª – Contagem de prazos**

1. Os prazos previstos para a formação do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 470.º do CCP.
2. Os prazos previstos para a execução do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 471.º do CCP.

**Cláusula 17.ª – Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

## 2 – CLÁUSULAS ESPECIAIS

### Cláusula 1.ª – Caracterização dos Serviços

1. A APIN, entidade responsável pela gestão do abastecimento em 10 municípios (Alvaiázere; Ansião; Penela, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande; Castanheiro de Pera; Pampilhosa da Serra; Góis; Vila Nova de Poiares e Lousã) necessita definir o perímetro de proteção de aproximadamente 98 captações de água subterrânea e superficial destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano e auxiliar no processo de licenciamento de 72 captações de água subterrânea e superficial destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano em que os perímetros de proteção já se encontra publicados em diário da república no entanto não se encontra executado o licenciamento/título de utilização de recursos hídricos;
2. O estudo deve ser realizado em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, o artigo 37.º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) e a Portaria n.º 702/2009, de 6 de julho.
3. A prestação de serviços inclui todos os trabalhos, equipamentos e deslocamentos necessários para a sua execução, em conformidade com a legislação aplicável.
4. Deverá ser entregue um relatório final para as 98 captações, juntamente com as respetivas cartografias em formato digital pdf e os polígonos finais das zonas de proteção em formato shp com o sistema de coordenadas EPSG 3763 – ETRS89 PT-TM06.
5. A caracterização existente das captações encontra-se em ficheiro anexo.

### Cláusula 2.ª – Inspeção dos locais

O prestador de serviços poderá inspecionar os locais de captações e realizar neles os reconhecimentos que entender indispensáveis à elaboração da sua proposta, devendo inteirar-se das condicionantes locais que influenciem os trabalhos, mediante agendamento prévio com o Departamento de Qualidade da APIN.

### Cláusula 3.ª – Fases da Prestação do Serviço

1. O presente estudo terá duas fases:  
**1ª FASE** – Execução de Estudo com o objetivo de definir os perímetros de proteção das 98 captações de água subterrânea e superficial destinadas

ao abastecimento público de água para consumo humano em que não existe qualquer informação;

**2ª FASE** - Prestar auxílio no processo de implementação dos perímetros de proteção de 72 captações de água subterrânea e superficial destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano em que os perímetros de proteção já se encontram definidos e publicados em diário da república e também prestar auxílio no processo de licenciamento/ obtenção do título de utilização de recursos hídricos junto das entidades competentes;

### **1ª FASE**

O Estudo com o objetivo de definir os perímetros de proteção das 98 captações de água subterrânea e superficial destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano em que não existe qualquer informação, será elaborado num prazo máximo de 180 dias, segundo faseamento de execução:

Fase Preparatória – Recolha de Informação e levantamento da situação atual, referente à caracterização da situação de referência;

1ª Fase – Definição das Metodologias e dos Critérios Base para a Delimitação dos Perímetros de Proteção;

2ª Fase – Avaliação da Vulnerabilidade das Massas de Água e Avaliação de Riscos;

3ª Fase – Delimitação dos Perímetros de Proteção;

No final de cada uma das fases referidas deverá ser apresentado um relatório completo e pormenorizado e respetiva cartografia com descrição dos estudos realizados e justificação das soluções preconizadas. Assim sendo, o estudo será dividido nas fases:

1ª Fase: Entrega da Nota técnica Preliminar de Definição das Metodologias e dos Critérios Base para a Delimitação dos Perímetros de Proteção.

2ª Fase: Entrega da Nota técnica intercalar relativa à Avaliação da Vulnerabilidade das Massas de água e à Análise de Risco.

3ª Fase: Entrega do Estudo Final com a Delimitação dos Perímetros de Proteção.

Esta última fase inclui elaboração das versões preliminares do Estudo, participação nas reuniões de aprovação, elaboração do relatório final, da ponderação dos resultados desta fase e fundamentação das respostas, em articulação com APA, ARH Centro e ARH Tejo e com a APIN e preparação da versão final do Estudo.

**Nos trabalhos a desenvolver tem de constar impreterivelmente:**

1. Visita a cada uma das captações;
2. Medição de caudais e níveis piezométricos;
3. Registo fotográfico das captações;
4. Localização exata das captações [identificação das coordenadas com grande rigor (erro inferior a 1 m) e no sistema de coordenadas EPSG 3763 – ETRS89 PT-TM06, esta informação deve ser entregue em formato shp;
5. Registos de funcionamento das captações;
6. Medição dos parâmetros físico-químicos (pH, eh, condutividade e temperatura)
7. Levantamento topográfico das áreas envolventes a definir pelo próprio estudo, esta informação deve ser entregue em formato shp, no sistema de coordenadas EPSG 3763;
8. Mapeamento de declives;
9. Localização de trechos e zonas intervencionadas pelo homem com ações como regularização, canalização, construção de qualquer tipo de diques ou açudes, a construção de barragens, obras para controlo de cheias, etc.
10. Levantamento dos proprietários da zona delimitada pelo próprio estudo;
11. Cartografia geológica;
12. Mapeamento do uso do solo;
13. Identificação de fontes poluidoras na envolvente às captações (fontes de poluição difusa, tais como explorações mineiras abandonadas, áreas agrícolas, explorações agropecuárias), assim como localização dos pontos de descarga de poluentes pontuais (efluentes urbanos não tratados, descargas de ETAR, descargas industriais, descarregados de emergência de águas pluviais, etc)
14. Caracterização dos solos nas zonas envolventes;
15. Ensaios de caudal ou monitorização de caudais de nascentes e minas;
16. Análises químicas, físicas e biológicas à água e aos solos;
17. Dados históricos de Qualidade da água e marcação dos locais onde os limites de qualidade foram excedidos no passado.
18. Análises de vulnerabilidade a fenómenos hidrológicos extremos em sistemas de abastecimento de água de origem superficial. Neste caso é necessário analisar os parâmetros hidrológicos (caudais fluviais e cotas da superfície

livre de escoamento junto à captação e as velocidades de escoamento junto à captação).

19. Avaliação de vulnerabilidade à poluição dos recursos hídricos subterrâneos pode ser definida em relação à massa de água subterrânea (aquífero) ou em relação à captação de água. No que diz respeito à captação de água, importa considerar o tempo de percurso de um contaminante através do meio subterrâneo até à entrada de água na captação;
20. Avaliação do Risco e tipificação de riscos acidentais, com identificação de poluentes e riscos associados;
21. Tudo o mais que for conveniente e necessário à obtenção de título ou licença de utilização do recurso hídrico junto das entidades licenciadoras;

#### Assistência Técnica

No final a documentação deve ser capaz de ser remetida à Agência Portuguesa do Ambiente, ARH Centro e ARH Tejo, para que o processo de definição dos perímetros de proteção seja aprovado e publicado em diário da república, conforme normativo legal em vigor. Caso a Agência Portuguesa do Ambiente venha junta da APIN requerer mais alguma informação sobre os perímetros de proteção em estudo, a entidade adjudicatário fica obrigada a prestar/executar a informação em falta. A assistência técnica técnica 1 ano após o término do presente contrato.

A entidade adjudicatário deve igualmente:

- indicar qual o acesso à captação;
- fazer a deslocação ao local e indicar a delimitação definida no estudo alvo deste concurso público juntamente com a APIN ou pessoal mandatado pela APIN para implementar/executar o trabalho de delimitação.

#### 2ª FASE

Prestar auxílio no processo de implementação dos perímetros de proteção de 72 captações de água subterrânea e superficial destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano em que os perímetros de proteção já se encontram definidos e publicados em diário da república e também prestar auxílio no processo de licenciamento/ obtenção do título de utilização de recursos hídricos junto das entidades competentes;

A entidade adjudicatário, como base na publicação desses mesmos perímetros de proteção, deve igualmente:

- indicar qual o acesso à captação;
- proceder ao levantamento dos proprietários da zona delimitada pelos perímetros de proteção;
- fazer a deslocação ao local e indicar a delimitação definida juntamente com a APIN ou pessoal mandatado pela APIN para implementar/executar o trabalho de delimitação.

#### Número de Exemplares a Entregar pelo Projetista

Por cada fase prevista deverão ser entregue 4 (quatro) exemplares do Estudo em papel e em suporte digital. Sempre que o desenvolvimento dos estudos o justifique, deverão ser entregues exemplares adicionais, situação que deverá ser devidamente acautelada na proposta de preço a apresentar. Com a aprovação do Estudo deverá ser entregue em exemplar em formato reproduzível de todas as peças escritas e desenhadas, bem como uma cópia integrada reproduzível em formato digital, a qual deverá ser em formato word (editável) e em formato pdf.

A realização dos Estudos será da exclusiva responsabilidade do projetista, cabendo-lhe a iniciativa de resolver todos os problemas que surjam, sem prejuízo dos contatos periódicos com a APIN, nomeadamente em reuniões técnicas e/ou memorandos que refiram o ponto de situação dos trabalhos.

#### **Cláusula 4.ª – Âmbito e Especificação da Prestação de Serviços**

##### Meios Humanos e equipamentos a Afetar à Aquisição de Serviços

O Adjudicatário obriga-se a afetar à execução da Prestação de Serviços uma equipa técnica multidisciplinar adequada às tarefas a desenvolver, que inclua as seguintes componentes: Hidrologia, Hidrogeologia, Hidromorfologia, Qualidade da água e Análise de Risco.

O Adjudicatário deve afetar à execução da Prestação de Serviços equipamentos/viaturas capazes de ir às captações e equipamentos/máquinas para fazer todas a espécie de ensaios que sejam necessários.